

SIMULADO TJ-SC



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

5º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-05-04

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Em nome da urgência ecológica

“As medidas que devem ser tomadas serão difíceis de aceitar. Podemos dizer que a luta contra as mudanças climáticas é incompatível com as liberdades individuais, portanto, sem dúvida, incompatível com a democracia”, afirma o climatologista François-Marie Bréon. “Eu não pretendo ter as soluções [para lutar contra o aquecimento global]; há especialistas muito mais competentes para isso”, explica, por sua vez, o astrofísico Aurélien Barreau, antes de acrescentar que sua única certeza é sobre a necessidade de tomar “medidas coercitivas, impopulares, contrárias às nossas liberdades individuais”.

A tentação de subordinar a democracia ao imperativo climático se espalha como uma música de fundo. “Após ter sido um tabu por muito tempo, a ideia da necessidade de uma restrição, da tomada de decisões impopulares, começa a ganhar terreno”, observa o jornalista Stéphane Foucart. E conclui: “As alternativas são sombrias: renunciar à forma atual da democracia para conter o aquecimento global ou esperar até que este vença a democracia?”

Ao contrário do que afirmam alguns cientistas na revista Valeurs Actuelles, a realidade das mudanças climáticas está estabelecida. Interroguemos então o real significado do discurso que sujeita a democracia – ou seja, uma das expressões fundamentais de nossas liberdades – ao meio ambiente. Não há “ditadura verde” no horizonte: as eleições continuam sendo o alfa e o ômega do exercício do poder, pelo menos no mundo ocidental. Em compensação, as balizas da democracia começam a ser objeto de medidas concretas, muitas vezes adotadas sem discussão real, tão pesada é a “emergência climática”.

Na França, a Carta Ambiental figura desde 2005 no preâmbulo da Constituição, ao lado da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em 2018, a Comissão de Direito da Assembleia Nacional propôs ir além, com a inclusão da luta “contra as mudanças climáticas” no artigo 1º da Constituição, colocando essa questão no mesmo nível que o caráter “indivisível, laico, democrático e social” da República, portanto, no topo da hierarquia das normas que balizam as instituições.

O estabelecimento, no dia 4 de outubro de 2019, da Convenção Cidadã pelo Clima (CCC) concentra os impensados e os perigos desse discurso, aparentemente movidos pelo bom senso e pela “necessidade de agir antes que seja tarde demais”. Encarregado, ao lado de Anne Frago (diretora do Departamento de Cultura e Assuntos

Sociais da Assembleia Nacional) e Michèle Kadi (diretora-geral honorária dos Serviços do Senado), pela organização

da CCC decidida pelo presidente Emmanuel Macron no fim do grande debate nacional, o diretor e escritor Cyril Dion assim define o alvo: “Nosso modelo de democracia representativa não permite tomar as medidas radicais necessárias para enfrentar os desafios atuais”.

A chave, segundo ele, está no estabelecimento de espaços de deliberação que permitam criar soluções a serem adotadas pelos poderes públicos. Ele se mostrou particularmente animado durante o lançamento da CCC. Definidos com base em um sorteio geral, a ideia é que os 150 membros da convenção se reúnam por seis semanas com especialistas que expliquem as questões a serem decididas. Caberá então ao Parlamento adotar formalmente as medidas ou aos eleitores tomar uma posição. “Nossa aposta é criar uma relação de forças com o governo a partir de dentro”, esclarece Dion. “Elaborar propostas em uma estrutura aprovada pelo governo e depois obter um referendo.” (...)

(Anne-Cécile Robert. Le Monde Diplomatique. 8 de janeiro de 2020.)

01. O texto tem por objetivo:

- criticar a democracia atual, a qual não dá espaço para combater o aquecimento global.
- superdimensionar o caos do aquecimento global como plano de fundo para enfraquecimento da democracia.
- explorar a possível incompatibilidade entre a luta contra as mudanças climáticas e as liberdades individuais.
- defender que a democracia deve prevalecer sobre qualquer posicionamento divergente.
- analisar dados anteriores em comparação aos atuais sobre o aquecimento global.

02. O texto caracteriza-se predominantemente como:

- dissertativo
- instrucional
- preditivo
- narrativo
- descritivo

03. O sinal de dois-pontos diante do verbo “renunciar” no segundo parágrafo é empregado por:

- a) iniciar expressão que explicita a anterior
- b) transmitir uma relação de oposição entre conter o aquecimento global e esperar que este vença a democracia.
- c) transmitir uma relação de alternância entre conter o aquecimento global e esperar que este vença a democracia.
- d) iniciar segmento conclusivo em relação à oração anterior.
- e) por contestar informação anterior.

04. Ocupa a função de complemento verbal direto o seguinte elemento sublinhado:

- a) “afirma o climatologista François-Marie Bréon” (1º parágrafo)
- b) “há especialistas muito mais competentes para isso” (1º parágrafo)
- c) “explica, por sua vez, o astrofísico Aurélien Barreau” (1º parágrafo)
- d) “Ao contrário do que afirmam alguns cientistas” (3º parágrafo)
- e) “A chave, segundo ele, está no estabelecimento de espaços de deliberação” (6º parágrafo)

05. Julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

I – Na expressão “contrárias às nossas liberdades individuais”, o acento indicativo de crase é facultativo, por haver pronome possessivo.

II – Na expressão “renunciar à forma atual da democracia”, o acento indicativo de crase é obrigatório.

III – As expressões “contrárias às nossas liberdades individuais” e “renunciar à forma atual da democracia” apresentam crase por regência verbal.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

06. Marque a alternativa que apresenta o vocábulo “que” com valor anafórico:

- a) “Podemos dizer que a luta contra as mudanças climáticas é incompatível com as liberdades individuais” (1º parágrafo)
- b) “antes de acrescentar que sua única certeza é sobre a necessidade de tomar “medidas coercitivas, impopulares, contrárias às nossas liberdades individuais” (1º parágrafo)
- c) “esperar até que este vença a democracia?” (2º parágrafo)
- d) “Ao contrário do que afirmam alguns cientistas na revista Valeurs Actuelles” (3º parágrafo)
- e) “que os 150 membros da convenção se reúnam por seis semanas com especialistas” (6º parágrafo)

07. Marque a alternativa cuja preposição sublinhada **não** ocorreu por regência do vocábulo imediatamente anterior:

- a) “luta contra as mudanças climáticas” (1º parágrafo)
- b) “incompatível com as liberdades individuais” (1º parágrafo)
- c) “tentação de subordinar” (2º parágrafo)
- d) “democracia ao imperativo climático” (2º parágrafo)
- e) “necessidade de uma restrição” (2º parágrafo)

08. Na frase “Em 2018, a Comissão de Direito da Assembleia Nacional propôs ir além, com a inclusão da luta “contra as mudanças climáticas” no artigo 1º da Constituição, colocando essa questão no mesmo nível que o caráter ‘indivisível, laico, democrático e social’ da República, **portanto**, no topo da hierarquia das normas que balizam as instituições.” (4º parágrafo), a conjunção sublinhada pode ser substituída, mantendo-se a correção gramatical e o sentido por:

- a) conquanto
- b) por conseguinte
- c) porquanto
- d) no entanto
- e) todavia

09. Em relação à colocação dos pronomes átonos, julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

- I – Na frase “A tentação de subordinar a democracia ao imperativo climático se espalha como uma música de fundo.” (2º parágrafo), o pronome “se” encontra-se proclítico, mas pode estar enclítico, porque não há palavra atrativa.
- II – Na frase “Ele se mostrou particularmente animado durante o lançamento da CCC.”, o pronome “se” está proclítico, por haver palavra atrativa.
- III – Nas duas frases, cabem as colocações proclítica e enclítica.
- a) Somente a afirmação I está correta.
b) Somente a afirmação II está correta.
c) Somente as afirmações I e III estão corretas.
d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
e) Todas as afirmações estão corretas.

10. Assinale a alternativa em que todos os vocábulos do texto são acentuados pelo emprego da mesma regra de acentuação gráfica.

- a) até, contrário, climáticas
b) incompatível, há, astrofísico
c) única, climático, após
d) preâmbulo, climáticas, dúvida
e) está, ômega, emergência

11. No trecho “A chave, segundo ele, está no estabelecimento de espaços de deliberação que permitam criar soluções a serem adotadas pelos poderes públicos. Ele se mostrou particularmente animado durante o lançamento da CCC.” (5º parágrafo), os verbos sublinhados estão, respectivamente, empregados como:

- a) certeza, possibilidade, fato
b) possibilidade, certeza, possibilidade
c) hipótese, certeza, passado remoto
d) possibilidade, certeza, hipótese
e) certeza, fato, hipótese.

12. Releia o primeiro parágrafo do texto, julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

“As medidas que devem ser tomadas serão difíceis de aceitar. Podemos dizer que a luta contra as mudanças climáticas é incompatível com as liberdades individuais, portanto, sem dúvida, incompatível com a democracia”, afirma o climatologista François-Marie Bréon. “Eu não pretendo ter as soluções [para lutar contra o aquecimento global]; há especialistas muito mais competentes para isso”, explica, por sua vez, o astrofísico Aurélien Barreau, antes de acrescentar que sua única certeza é sobre a necessidade de tomar “medidas coercitivas, impopulares, contrárias às nossas liberdades individuais”.

- I – A vírgula que separa o trecho “afirma o climatologista François-Marie Bréon” pode ser substituída por travessão.
- II – Uma vírgula após o termo “As medidas” implicaria erro gramatical.
- III – Mantém a correção gramatical e a coerência a troca do sinal de ponto e vírgula diante do verbo “há” por ponto final, com a conseqüente troca de inicial minúscula por maiúscula no verbo “há”.
- a) Somente a afirmação I está correta.
b) Somente a afirmação II está correta.
c) Somente as afirmações I e III estão corretas.
d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
e) Todas as afirmações estão corretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

13. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lúcio é médico ou Maria não é enfermeira.
- II. Se Abelardo é advogado, então Lúcio não é médico.
- III. Ou Guilherme é engenheiro, ou Maria é enfermeira, mas não ambos.
- IV. Lúcio é médico ou Paulo é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Paulo não é arquiteto ou Maria não é enfermeira.
- b) Maria é enfermeira e Abelardo não é advogado.
- c) Se Lúcio não é médico, então Guilherme é engenheiro.
- d) Guilherme é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
- e) Abelardo é advogado ou Paulo é arquiteto.

14. A negação da afirmação condicional “Se o suspeito está na cena do crime, a vítima foi assassinada”.

- a) O suspeito está na cena do crime e a vítima não foi assassinada.
- b) Se o suspeito não está na cena do crime, a vítima não foi assassinada.
- c) Se o suspeito está na cena do crime, a vítima não foi assassinada.
- d) O suspeito não está na cena do crime e a vítima foi assassinada.
- e) Se o suspeito não está na cena do crime, a vítima foi assassinada.

15. Considere a sentença:

“Se Guilherme é baixo, então Guilherme não é atleta.”

Assinale a opção que apresenta a sentença logicamente equivalente à sentença dada.

- a) “Se Guilherme não é atleta, então Guilherme é baixo.”
- b) “Se Guilherme não é baixo, então Guilherme é atleta.”
- c) “Se Guilherme é atleta, então Guilherme não é baixo.”

d) “Guilherme é baixo e atleta.”

e) “Guilherme não é baixo e não é atleta.”

16. Rosival voltou de um passeio na floresta com seus amigos Sanchez e Dudu e, ao chegar em casa, disse: “Eu matei a cobra e mostrei o pau”. Sanchez, um dos amigos, disse: “isso não foi verdade”.

O significado do que Sanchez disse é que Rosival

- a) matou a cobra, mas não mostrou o pau.
- b) não matou a cobra, mas mostrou o pau.
- c) não matou a cobra e não mostrou o pau.
- d) não matou a cobra ou não mostrou o pau.
- e) matou a cobra ou mostrou o pau.

17. Brunno afirmou: “Todos as questões deste simulado são difíceis”.

Sabe-se que a afirmativa de Brunno é falsa. Assim, é correto concluir que

- a) alguma questão deste simulado não é difícil.
- b) todas as questões do simulado não são difíceis.
- c) duas questões do simulado não são difíceis.
- d) nenhuma questão do simulado é difícil.
- e) pelo menos uma questão deste simulado é de Raciocínio Lógico.

18. Um aluno do Estratégia precisa criar uma senha de acesso ao site, que é composta por 4 símbolos. A escolha desses símbolos deve ser feita de forma a conter dois elementos distintos do conjunto {B, R, U, N, O} e dois elementos distintos do conjunto {0, 1, 2, 3, 4, 5}, em qualquer ordem. Por exemplo, a senha 2BR4 é uma das senhas possíveis. Nesse sistema, o número de senhas possíveis é:

- a) 2400;
- b) 3600;
- c) 4000;
- d) 4800;
- e) 6400.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Considerando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, pode-se afirmar que:

- a) A pessoa com deficiência tem acesso garantido a bens culturais em formato acessível, bem como a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais. As atividades desportivas, por sua vez, não fazem parte desse rol.
- b) O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, embora possa vedar o acesso de pessoas com deficiência a alguns locais e obras.
- c) É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.
- d) O poder público poderá impedir o acesso da pessoa com deficiência quando esta não for capaz, por si só, de usufruir do bem cultural oferecido.
- e) O poder público deve assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, exceto no sistema escolar, cabendo ao gestor local definir sobre essa possibilidade.

20. Um casal de namorados dirige-se ao cinema de sua cidade e, lá chegando, são surpreendidos com a ausência de vagas reservadas às pessoas com deficiência. O rapaz, cadeirante em virtude de um acidente automobilístico, dirige-se à gerência do cinema para reclamar e pedir providências. O gerente, novo no cargo, desconhecia totalmente a legislação e, na oportunidade, pode aprender que:

- a) Nos cinemas, assim como em teatros, auditórios, estádios e outros espaços similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, independentemente de sinalização.

b) Os espaços livres e assentos reservados devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, devendo ser montadas áreas segregadas do público em geral.

c) Deve-se garantir à pessoa com deficiência a acomodação de, no mínimo, dois acompanhantes. Tal garantia não é estendida às pessoas com mobilidade reduzida.

d) Deve haver, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas de acessibilidade, a fim de permitir a saída segura da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

e) As salas de cinema devem oferecer sessões especiais com recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência e poderão, em razão desse serviço cobrar valor adicional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Uma ambulância do hospital público de Vale da Coruja, durante o resgate a um enfermo, acabou atropelando um pedestre, que sofreu danos estéticos e materiais. Nesta situação hipotética, aplica-se a teoria da reponsabilidade

- a) solidária, cuja pretensão reparatória sujeita-se à prescrição quinquenal.
- b) objetiva, sendo imprescritível a pretensão de reparação de danos.
- c) subjetiva, cuja pretensão reparatória sujeita-se à prescrição trienal.
- d) objetiva, cuja pretensão reparatória sujeita-se à prescrição decenal.
- e) objetiva, cuja pretensão reparatória sujeita-se à prescrição quinquenal.

22. Artêmis é aluna matriculada em uma escola pública no município de Florianópolis/SC e frequentemente retirava obras literárias da biblioteca da instituição. Em virtude dos frequentes atrasos e inadimplementos na devolução das obras retiradas e, em conformidade com os atos normativos aplicáveis, a instituição aplicou-lhe multa de R\$ 100,00.

Nesta situação hipotética, pode-se afirmar que houve manifestação do:

- a) poder normativo.
- b) poder hierárquico.
- c) poder disciplinar.
- d) poder de polícia.
- e) poder regulatório.

23. Suponha que o Estado de Santa Catarina criou entidade descentralizada, destinando-lhe uma parcela de seu acervo patrimonial, conferindo-lhe personalidade de direito público e atribuindo-lhe o desempenho de atividades de interesse social.

Nesta situação, pode-se afirmar que o Estado criou um(a):

- a) serviço social autônomo.
- b) autarquia.
- c) fundação pública.
- d) empresa pública.
- e) sociedade de economia mista.

24. Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), são delegáveis a entidades públicas de direito privado atos de polícia relativos às seguintes etapas:

- a) consentimento e sanção.
- b) ordem e sanção.
- c) consentimento e fiscalização
- d) ordem e consentimento.
- e) legislação e consentimento

25. A Constituição Federal proíbe, como regra geral, a acumulação remunerada de cargos públicos, a qual

- a) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista federais, mas não entidades estaduais ou municipais.
- b) estende-se a funções públicas, mas não a empregos.
- c) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- d) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e sociedades controladas pelo poder público, desde que submetidas a controle direto.
- e) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, e sociedades controladas, mas não as subsidiárias das empresas estatais.

26. Rosivalda, servidora pública lotada em um tribunal de justiça estadual, foi designada para exercer o cargo de Diretora-Geral de Administração, autoridade competente em matéria de licitação e contratos. No exercício de suas atribuições, a servidora intencionalmente praticou ato visando fim proibido em lei, que resultou na celebração de contrato mediante dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei.

Diante desta situação, marque a alternativa INCORRETA:

- a) o ato praticado por Rosivalda poderá caracterizar ato de improbidade mediante conduta culposa ou dolosa.
- b) a servidora estará sujeita às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa ainda que suas contas tenham sido aprovadas pelo respectivo Tribunal de Contas.
- c) o sucessor de Rosivalda está sujeito às cominações da Lei de Improbidade até o limite do valor da herança recebida.

d) caso a ilegalidade resulte na instauração de processo apuratório, caberá à autoridade administrativa responsável decretar a indisponibilidade dos bens de Rosenvalda, a qual recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano.

e) caso Rosenvalda seja condenada pela prática de improbidade administrativa, não estará sujeita à penalidade de cassação dos direitos políticos.

27. A Lei federal 9.784/1999 prevê que, das decisões proferidas em processos administrativos caberá recurso, o qual:

a) depende do recolhimento de caução.

b) deverá ser julgado, em regra, pela autoridade ou órgão que houver proferido a decisão recorrida.

c) poderá suscitar a modificação da decisão pela própria autoridade que a houver proferido, no prazo de 5 dias.

d) possuirá efeito suspensivo, em regra.

e) será conhecido em seu efeito devolutivo se interposto fora do prazo.

28. Sensibilizado com a crise de saúde pública decorrente do Covid-19, o Estado de Santa Catarina pretende realizar aquisição de medicamento eficaz no combate dos sintomas da doença, o qual é produzido e comercializado por única empresa. No plano da prevenção, o Estado irá contratar apresentações de artistas consagrados, a serem transmitidas exclusivamente pelas redes sociais, com o intuito de oferecer cultura e lazer para as pessoas que se encontrarem em suas casas, e assim, contribuir para o “distanciamento social”.

Tomando por base os preceitos contidos na Lei 8.666/1993 e desconsiderando qualquer alegação de emergência ou calamidade pública, é correto afirmar que a licitação para

a) a contratação do medicamento é inexigível, sendo dispensável para a contratação das apresentações artísticas.

b) ambas as contratações é inexigível.

c) a contratação do medicamento é inexigível, sendo obrigatória para a contratação das apresentações artísticas.

d) a contratação do medicamento é dispensável, sendo inexigível para a contratação das apresentações artísticas.

e) ambas as contratações é dispensável.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. De acordo com as classificações das Constituições, assinale a alternativa correta.

a) A Constituição da República Federativa do Brasil é eclética, uma vez que foi elaborada por representantes legítimos do povo.

b) A Constituição da República Federativa do Brasil pode ser considerada democrática, porque é fundada em valores plurais.

c) A Constituição da República Federativa do Brasil é formal, tendo em vista que seu processo de alteração é mais difícil do que o relacionado às leis em geral.

d) A Constituição da República Federativa do Brasil classifica-se como analítica, porque ultrapassa os princípios básicos de organização do Estado e traz um maior detalhamento de outros assuntos, alguns deles típicos de leis.

e) A Constituição da República Federativa do Brasil é tida por rígida, porque é constituída de um documento solene.

30. No que concerne aos princípios fundamentais da Constituição Federal, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

a) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

b) garantir o desenvolvimento nacional.

c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação.

d) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

e) assegurar a todos o acesso à informação, resguardando o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

31. Considere

- I. São símbolos da Republica Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacional. Estados, Distrito Federal e Municípios devem adotar os mesmos símbolos.
- II. São cargos privativos de brasileiro nato os de Presidente do Senado Federal e de oficial das Forças Armadas.
- III. São considerados brasileiros naturalizados, os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- IV. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

32. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.

- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

33. Conforme disposto na Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, sem a sanção do Presidente da República,

- a) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- b) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- c) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- d) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) conceder anistia.

34. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponte a única informação INCORRETA.

- a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Vice-presidente do STF e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça ocupam no CNJ, respectivamente, os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente e Corregedor.
- b) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato de dois anos, admitindo-se uma recondução.
- c) Qualquer pessoa interessada poderá apresentar reclamação e denúncia, diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra os seus serviços auxiliares.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de órgão correcional, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Embora seja órgão do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça não possui jurisdição, de maneira que a legalidade e a constitucionalidade de suas decisões poderão ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal, quando provocado.

35. Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.
- c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

36. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.

b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.

c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.

e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

DIREITO CIVIL

37. “(...) sendo omissa uma norma jurídica para um dado caso concreto, deve o aplicador do direito procurar alento no próprio ordenamento jurídico, permitida a aplicação de uma norma além do seu campo inicial de atuação.” (Flávio Tartuce, 2020) O trecho acima trata do instituto:

- a) da equidade.
- b) da analogia.
- c) da coisa julgada.
- d) do direito adquirido.
- e) do ato jurídico perfeito.

38. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com:

- a) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, independente de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- b) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, independente de autorização ou aprovação do Poder Executivo, registrando-se todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- c) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, independente de autorização ou aprovação do Poder Judiciário, registrando-se todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Judiciário, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- e) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

39. Com relação ao regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar:

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e externo; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) São bens privados os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- c) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- d) Os bens públicos de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- e) O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

40. Quando os negócios jurídicos aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem, haverá:

- a) coação.
- b) fraude contra credores.
- c) lesão.
- d) simulação.
- e) erro.

41. A respeito das obrigações de fazer e de não fazer, é correto afirmar:

- a) Praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos.
- b) Praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, em caso de urgência, poderá o credor desfazer ou mandar desfazer, mediante autorização judicial, sem prejuízo do ressarcimento devido.

- c) Extingue-se a obrigação de não fazer, independentemente de culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- d) Nas obrigações de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível com culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação.
- e) Nas obrigações de fazer, se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, sendo incabível indenização.

42. Aquele que demandar por dívida já paga:

- a) no todo, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, em qualquer caso, o dobro do que houver cobrado.
- b) no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, em qualquer caso, o equivalente do que dele exigir, inclusive se houver prescrição.
- c) em parte, ressaltando as quantias recebidas, ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, inclusive se houver prescrição.
- d) no todo, ressaltando as quantias recebidas, ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- e) no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

43. O Código de Processo Civil prevê que os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. No entanto, alguns julgamentos, por sua natureza, estão excluídos dessa regra e podem ter a sentença ou acórdão proferidos anteriormente.

Assinale a alternativa que apresenta apenas exceções à regra da ordem cronológica de conclusão:

- a) sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de ações de alimentos.
- b) sentenças de ações de alimentos e preferências legais.
- c) julgamento de embargos de declaração e de agravo interno.
- d) julgamento de agravo interno e agravo de instrumento.
- e) preferências legais e causas que exijam urgência no julgamento, conforme pedido formulado pelas partes.

44. O Código de Processo Civil determina que a jurisdição civil será exercida pelos juízes e tribunais em todo o território nacional. As causas serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência. Sobre esse tema, é correto afirmar:

- a) a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo relevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, sendo as partes obrigadas a informar ao juízo por petição.
- b) eventual mudança de domicílio das partes, depois de ajuizada a demanda, altera a competência em respeito ao amplo acesso à justiça.
- c) a competência é determinada observando-se apenas os limites estabelecidos pela Constituição Federal, as normas previstas no Código de Processo Civil e nas constituições dos Estados.
- d) a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- e) a competência é determinada observando-se apenas os limites estabelecidos pela Constituição Federal, as normas previstas no Código de Processo Civil, nas constituições dos Estados e nas normas de organização judiciária.

45. A desconsideração da personalidade jurídica, embora presente no direito brasileiro há alguns anos, só foi positivada no Código de Processo Civil em 2015. Sobre o tema, assinale o item incorreto:

- a) a alienação ou oneração de bens, havida em fraude de execução, será considerada nula em relação ao requerente quando acolhido o pedido de desconsideração.
- b) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica poderá ser instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- c) o pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei.
- d) o disposto no Código de Processo Civil aplica-se também à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- e) a decisão do incidente de desconsideração da personalidade jurídica poderá ser recorrida por apelação, agravo de instrumento ou agravo interno.

46. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre os prazos processuais, pode-se afirmar que:

- a) Se um ato processual for praticado antes do termo inicial do prazo, este será considerado intempestivo.
- b) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- c) Durante a suspensão do prazo processual, entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública não exercerão suas atribuições em razão da não realização de audiências, nem sessões de julgamento.
- d) Não há qualquer óbice caso o juiz decida realizar audiências no período de suspensão dos prazos processuais, desde que justifique fundamentadamente.
- e) Na contagem de prazo legais ou judiciais, computar-se-ão somente os dias úteis. Tal regramento aplica-se aos prazos processuais e materiais.

47. O relator é um dos membros do Tribunal (um desembargador, por exemplo) que analisará inicialmente um processo. O Código de Processo Civil exemplifica as atribuições e poderes do relator. Com base nessas disposições, assinale a alternativa que apresenta incumbências do relator:

- a) apreciar o pedido de tutela de urgência nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal.
- b) não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.
- c) dirigir e ordenar o processo no tribunal, sem poderes quanto à produção de provas, que deverão ser produzidas pelo juízo de primeiro grau.
- d) decidir o incidente de desconsideração da personalidade jurídica em grau recursal.
- e) antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 15 dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.

48. Considerando o disposto no Código de Processo Civil e a Teoria Geral dos Recursos, indique a alternativa correta:

- a) Todos os recursos são dotados de efeito suspensivo automático e, por isso, impedem a eficácia da decisão.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida ou pelo Ministério Público apenas quando atuar como parte do processo.
- c) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente e será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- d) O recorrente poderá desistir do recurso a qualquer tempo, devendo haver anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- e) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

DIREITO PENAL

49. Haverá exclusão da ilicitude quando o fato for praticado:

- a) em legítima defesa ou coação moral irresistível
- b) em estado de necessidade ou estrito cumprimento do dever legal
- c) em obediência hierárquica ou exercício regular de direito
- d) em coação física irresistível ou legítima defesa
- e) em erro de proibição inevitável ou erro de tipo

50. José, traficante de drogas, solicitou a Maria, uma senhora conhecida da família, que levasse uma sacola contendo café até outra cidade, pois o produto seria destinado à mãe de José. Na sacola, todavia, não havia café, e sim 500g de maconha. Maria, sem saber do real conteúdo e sem ter como desconfiar de José, já que viu o menino crescer, aceitou fazer o favor e transportou a droga.

Nesse caso, é correto afirmar que Maria não deverá responder pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes por ter havido:

- a) erro de tipo essencial
- b) erro de proibição inevitável
- c) erro de proibição indireto
- d) erro accidental
- e) erro sobre o objeto

51. José foi condenado definitivamente pela prática de determinado delito, a uma pena de reclusão de 04 anos e pagamento de 100 dias-multa. No curso da execução penal e antes de efetivado o pagamento da multa, sobreveio nova lei penal abolutiva. Nesse caso, é correto afirmar que a nova lei:

- a) será aplicada ao caso de José, cessando somente a pena privativa de liberdade
- b) será aplicada ao caso de José, fazendo cessar a pena privativa de liberdade e a pena de multa, persistindo, porém, os demais efeitos penais e extrapenais da condenação

c) será aplicada ao caso de José, fazendo cessar a pena privativa de liberdade e a pena de multa, bem como fazendo cessar os demais efeitos da condenação, penais e extrapenais

d) será aplicada ao caso de José, fazendo cessar a pena e os efeitos penais da condenação, não afetando, porém, os efeitos extrapenais da condenação

e) não será aplicada ao caso de José, por já ter havido o trânsito em julgado

52. No que tange à punibilidade no concurso de pessoas, é correto afirmar que o Código penal adotou, como regra:

- a) A teoria monista, de forma que todos respondem pelo mesmo crime, inclusive recebendo a mesma pena
- b) A teoria monista, de forma que todos respondem pelo mesmo crime, embora a pena de cada agente seja fixada de acordo com sua culpabilidade
- c) A teoria dualista, havendo um crime para autores e outro para os partícipes
- d) A teoria pluralista, havendo um crime para cada agente
- e) A teoria do domínio do fato

53. José, técnico judiciário do TJSC, atendeu ao pedido formulado por um advogado e retardou, indevidamente, o andamento de certo processo que tramitava na Vara Cível em que estava lotado.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou o crime de:

- a) Prevaricação
- b) Condescendência criminosa
- c) Corrupção passiva privilegiada
- d) Exploração de prestígio
- e) Tráfico de influência

54. Tiago, alegando possuir influência sobre Pedro, servidor público lotado no IBAMA, solicitou a Maria a quantia de R\$ 5.000,00, a pretexto de influenciar Pedro a retirar multas ambientais que haviam sido lavradas contra Maria. Tiago, todavia, sequer conhecia o servidor.

Nesse caso, é correto afirmar que Tiago praticou o crime de:

- a) Corrupção ativa
- b) Corrupção passiva
- c) Exploração de prestígio
- d) Concussão
- e) Tráfico de influência

DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. Maria foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por José. O crime ocorreu no dia 10.02.2019, tendo Maria descoberto a autoria delitiva em 15.03.2019. Em 25.10.2019, Maria veio a óbito, sem ter ajuizado queixa-crime, deixando marido, pai e uma filha.

Nesse caso, é correto afirmar que o direito de queixa:

- a) Passará somente ao cônjuge
- b) Passará somente ao cônjuge e ao pai
- c) Passará somente à filha
- d) Passará ao cônjuge, ao pai, e à filha, respeitando-se essa ordem de preferência
- e) Não passará a nenhum sucessor

56. Analise as assertivas a seguir:

- I - Regularmente intimado para ato do processo, o afiançado deixar de comparecer, sem motivo justo
- II - O afiançado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo
- III - O afiançado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança
- IV - Prática de nova infração penal, dolosa ou culposa, pelo afiançado.

Considerar-se-á quebrada a fiança nos casos descritos APENAS em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

57. Presentes os demais requisitos, será cabível a prisão preventiva quando:

- a) se tratar de crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 anos de privação da liberdade
- b) o acusado for reincidente em crime doloso ou culposo
- c) o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência
- d) ficar evidenciado, pelas provas dos autos, ter o agente praticado o crime em legítima defesa
- e) ficar evidenciado, pelas provas dos autos, ter o agente praticado o crime em estado de necessidade

58. O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de José, pela suposta prática do crime de estupro, tendo requerido a decretação da prisão preventiva. O Juízo, porém, entendendo não estarem presentes os requisitos, indeferiu o pedido.

Caso pretenda recorrer da decisão, deverá o MP manejar:

- a) recurso em sentido estrito, podendo o Juiz se retratar da decisão proferida
- b) recurso em sentido estrito, não havendo possibilidade de juízo de retratação pelo magistrado
- c) apelação, com efeito devolutivo amplo
- d) apelação, cujo efeito devolutivo ficará adstrito aos fundamentos do recurso
- e) mandado de segurança, por não haver previsão legal de recurso na hipótese

59. Em determinado recurso de apelação distribuído a uma das Câmaras Criminais do TJSC, dois desembargadores possuem situação delicada em relação ao caso: José já atuou no caso anteriormente, como juiz de primeira instância, tendo proferido sentença; Pedro, também desembargador, é amigo íntimo do réu.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José e Pedro são suspeitos
- b) José está impedido, e Pedro é suspeito
- c) José e Pedro estão impedidos de atuar
- d) José é suspeito, e Pedro está impedido de atuar
- e) Não há vedação à atuação de José e Pedro no caso

60. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, José teria se passado por um comprador em uma joalheria para, valendo-se da distração da proprietária, subtrair dois anéis de ouro, avaliados em R\$ 5.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:


- a) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave
- b) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave
- c) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP
- d) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave
- e) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave

Preencha o Gabarito!

bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-05-04

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE